

ORGANIZADORES

Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso
Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes

DIREITO PENAL ECONÔMICO

**TEMAS ESSENCIAIS PARA A COMPREENSÃO
DA MACROCRIMINALIDADE ATUAL**

2017



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

D597 Direito Penal Econômico / Organizadores: Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso e Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez – Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.
576 p.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1533-3.

1. Direito Penal. 2. Direito Penal Econômico. I. Pedroso, Fernando Gentil Gizzi de Almeida. II. Hernandez, Luiz Eduardo Camargo Outeiro III. Título.

1113409

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PROPEDÊUTICA

O ECLODIR DO DIREITO PENAL ECONÔMICO E UM BREVE ENSAIO ACERCA DA NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DO DIREITO PENAL CLÁSSICO	29
<i>Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso; Jaqueline Lourenço Lopes de Carvalho; Raúl Cervini</i>	
1. PROPEDÊUTICA: A ESPECIAL RELAÇÃO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO COM AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	30
2. O BEM JURÍDICO PENALMENTE TUTELADO PELO DIREITO PENAL ECONÔMICO (WIRTSCHAFTSSTRAFRECHT), NUMA PERSPECTIVA BRASILEIRA.....	38
3. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS MAIS APROPRIADOS À DELINQUÊNCIA ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE CRÍTICA.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52

PARTE 1

LAVAGEM DE CAPITAIS

1. CRIME DE LAVAGEM DE BENS, DIREITOS E VALORES: BREVE ESTUDO DA TIPICIDADE	61
<i>Guilherme Guimarães Feliciano</i>	
1. INTRODUÇÃO. A LEI DE LAVAGEM DE BENS, DIREITOS E VALORES: BREVE ESCORÇO HISTÓRICO.....	61

2.	LAVAGEM DE CAPITAIS E TIPO PENAL ECONÔMICO (1). PERIGO CONCRETO E ABSTRATO. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	65
3.	LAVAGEM DE CAPITAIS E TIPO PENAL ECONÔMICO (2). NORMAS PENAIS EM BRANCO E TIPOS PENAIS ABERTOS.....	76
4.	O CONCEITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS. O ADVENTO DA LEI 12.683/2012. ASPECTOS POLÊMICOS NA PERSPECTIVA DA TIPICIDADE FORMAL E MATERIAL.....	84
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS. UM OLHAR CRÍTICO PARA O TIPO PENAL DO ART. 1º DA LEI 9.613/1998.....	97
2.	DESTAQUES SOBRE ASPECTOS IMPORTANTES DA LEI 9.613/98...	101
	<i>Marcelo Batlouni Mendroni</i>	
1.	CRIMES PERMANENTES	101
2.	LAVAGEM DE DINHEIRO X USO DO DINHEIRO: DIFERENCIAÇÃO	103
3.	CRIMES TRIBUTÁRIOS: PRECEDENTES DO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO	104
3.1.	Organização Criminosa que pratica crimes fiscais	107
4.	COMPETÊNCIA	108
4.1.	Competência para julgar crimes de lavagem de dinheiro com remessas e depósitos no exterior (Ex. <i>Offshores</i>)	113
4.2.	Conflito de competência Federal x Estadual. Critérios legais. Atração da competência. Casos que envolvem organizações criminosas. Casos de Conexão	119
5.	REQUISICÃO DE DADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E/OU PELA POLÍCIA	121
3.	A UTILIZAÇÃO DE DETERMINADAS PESSOAS JURÍDICAS NA LAVAGEM DE CAPITAIS E A DIFÍCIL MISSÃO DE RASTREAMENTO DOS ILÍCITOS PENAIS.....	123
	<i>Arhtur Migliari Júnior</i>	
1.	INTRODUÇÃO	123
2.	A IMPUNIDADE DA PESSOA JURÍDICA UTILIZADA NA LAVAGEM DE CAPITAIS	125

3.	A CONSTITUIÇÃO E A TEORIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA.....	128
4.	PESSOAS JURÍDICAS CONSTITUÍDAS COM O FIM DE PRESERVAÇÃO DA SUA AUTONOMIA E APTA À LAVAGEM DE CAPITAIS	131
5.	A PRODUÇÃO DE PROVAS EM FACE DAS PESSOAS JURÍDICAS UTILIZADAS PARA A LAVAGEM DE CAPITAIS.	137
6.	CONCLUSÃO	142
4.	BLANQUEO DE CAPITALES Y RESPONSABILIDAD PENAL DE LAS PERSONAS JURÍDICAS. PERSPECTIVAS BRASILEÑA Y ESPAÑOLA.....	145
	<i>Beatriz Goena, Jorge Navarro</i>	
1.	INTRODUCCIÓN: LA INTERNACIONALIZACIÓN DEL BLANQUEO DE CAPITALES Y DE LA AUTORREGULACIÓN EMPRESARIAL.....	146
2.	BLANQUEO DE CAPITALES Y RESPONSABILIDAD PENAL DE LA EMPRESA EN BRASIL Y EN ESPAÑA	149
2.1.	La regulación española	149
2.1.1.	La regulación penal del blanqueo de capitales.....	149
2.1.2.	La regulación administrativa del blanqueo de capitales....	152
2.2.	La regulación brasileña.....	153
3.	LOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE COMO HERRAMIENTA COMÚN EN LA PREVENCIÓN DEL BLANQUEO DE CAPITALS	155
3.1.	Compliance y prevención del blanqueo en España	156
3.2.	Compliance y prevención del blanqueo en Brasil.....	158
4.	CONCLUSIÓN	159

PARTE 2

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

1.	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: UMA ABORDAGEM ECONÔMICA DO CRIME	165
	<i>Paulo Sérgio Ferreira Filho</i>	

1.	INTRODUÇÃO	165
2.	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	166
3.	UMA ABORDAGEM ECONÔMICA DO DELITO	172
3.1.	Fundamentos de uma análise econômica do delito.....	173
3.1.1.	O criminoso racional	174
3.1.2.	Pena vs. Probabilidade	175
3.1.3.	Prisão vs. Pena de Multa	179
3.1.4.	O tempo do processo e as taxas de desconto hiperbólicas ...	182
3.1.5.	A punição do criminoso reincidente	184
4.	OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL: AS INCONSISTÊNCIAS APONTADAS PELA AED.....	186
4.1.	A súmula vinculante nº 24 e a probabilidade de detecção do crime...	187
4.2.	A extinção da punibilidade pelo pagamento, a prática reiterada do delito, o momento do pagamento e a necessidade de um esquema de graduação da pena	188
5.	CONCLUSÃO.....	190
2.	DO CHAMADO “LANÇAMENTO DEFINITIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO” E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO PENAL POR CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL	195
	<i>Gustavo Badaró</i>	
1.	AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE.....	195
2.	AS CLASSIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE EM CONDIÇÕES INTRÍNSECAS E EXTRÍNSECAS.....	197
3.	O CHAMADO “LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO” E O DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO	200
4.	O CONCEITO DE “LANÇAMENTO DEFINITIVO” DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	202
5.	O PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O “LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO” COMO CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE.....	205
6.	O LANÇAMENTO DEFINITIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE CARACTERIZADORA DA JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL	210

7. CONCLUSÕES	218
3. O MANIFESTO EQUÍVOCO TÉCNICO, DOGMÁTICO, SISTÊMICO E LÓGICO DA SÚMULA VINCULANTE 24 DO STF	221
<i>Douglas Fischer</i>	
1. INTRODUÇÃO	221
2. PRIMEIRO FUNDAMENTO. VIOLAÇÃO DA TEORIA DA ATIVIDADE (ART. 4º, CP).....	223
3. SEGUNDO FUNDAMENTO: A VINCULAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO À DECISÃO DE CUNHO ADMINISTRATIVO, CONTRARIANDO-SE O DISPOSTO NO ART. 5º, XXXV, DA CF/88.....	226
4. TERCEIRO FUNDAMENTO: VIOLAÇÃO DO ART. 5º, XXXIX, DA CF/88.....	229
5. QUARTO FUNDAMENTO: ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL, QUE SE TORNOU VARIÁVEL PARA O MESMO TIPO PENAL.....	229
6. QUINTO FUNDAMENTO: RELATIVIZAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE N. 24 E O PROBLEMA DA EXCLUSÃO DO INCISO V DO ART. 1º DA LEI 8.137/1990 DA REDAÇÃO DO COMANDO SUMULADO.....	232
7. SEXTO FUNDAMENTO: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES PARA A APURAÇÃO DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS DE NATUREZA MATERIAL.....	239
8. SÉTIMO FUNDAMENTO: IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE FATO CRIMINOSO PREVISTO NO ART. 1º DA LEI 8.137/90 MEDIANTE INQUÉRITO OU OUTRO MEIO LEGAL DE INVESTIGAÇÃO.....	242
9. OITAVO FUNDAMENTO: A TOTAL DESPROTEÇÃO DO BEM JURÍDICO TUTELADO E A DIMINUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA ESPERADA.....	243
10. NONO FUNDAMENTO. OS DELITOS TRIBUTÁRIOS COMO ANTECEDENTES DA LAVAGEM DE DINHEIRO NOS MOLDES DA LEI 12.683/2012	253
11. CONCLUSÕES: DA NECESSIDADE DE REVOGAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 24 E A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DECORRENTES DESTA (FUTURA) ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL	258

4. QUESTÕES CONTROVERTIDAS SOBRE O GRAVE DANO À COLETIVIDADE (ARTIGO 12, INCISO I, DA LEI 8.137/90)	265
<i>Alexandre Salim, Marcelo André de Azevedo</i>	
1. INTRODUÇÃO	265
2. BEM JURÍDICO, ELEMENTARES E PENA ABSTRATA.....	266
3. ELEMENTARES E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO	267
4. GRAVE DANO À COLETIVIDADE	270
5. CONCLUSÃO	274

PARTE 3

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO

1. O ELEMENTO SUBJETIVO NO DELITO DE GESTÃO TEMERÁRIA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	279
<i>Camila Franco e Silva Velano, Rafael Vasconcelos Porto</i>	
1. INTROITO	279
2. ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS.....	287
3. INTRODUÇÃO À VEXATA QUAESTIO.....	288
4. DESENVOLVIMENTO DA VEXATA QUAESTIO	294
5. CONCLUSÃO.....	300
2. CONFISCO ALARGADO: ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO.....	303
<i>Roberto D'Oliveira Vieira, Júlio César de Aguiar</i>	
1. INTRODUÇÃO	303
2. MODELOS ESTRANGEIROS DE CONSTRIÇÃO DE BENS E DELIMITAÇÃO DO CONCEITO	305
3. TRATADOS E ATOS MULTILATERAIS.....	306
3.1. Decisões-Quadro da União Europeia.....	308
4. LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS	311
4.1. Portugal.....	311
4.2. Reino Unido.....	315

5. AS AGÊNCIAS DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	319
6. O CONFISCO ALARGADO NO BRASIL	321
6.1. O Projeto de Lei Complementar 27/2017	321
6.2. Análise crítica	324
7. CONCLUSÃO	329

PARTE 4

CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS

1. ANÁLISE CRÍTICA DOS CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS.....	337
<i>Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes</i>	
1. INTRODUÇÃO	337
2. MERCADO DE CAPITAIS, COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E O INTERESSE DA UNIÃO	338
3. CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS PREVISTOS NA LEI 6.385, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976	339
4. CRÍTICAS AOS CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS PREVISTOS NA LEI 6.385, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976.....	347
5. CONCLUSÃO	349

PARTE 5

MACROCRIMINALIDADE

1. DERECHO PENAL ECONÓMICO. ÁMBITOS COMPLEJOS DE IMPUTACIÓN. RESPONSABILIDAD PENAL EN EL MARCO DE LA GESTIÓN ORGANIZACIONAL FLEXIBLE (FOM)	353
<i>Raúl Cervini</i>	
1. PUNTOS DE PARTIDA GENERALES.....	353
2. LA GESTIÓN ORGANIZACIONAL Y SUS ALTERACIONES CONTEMPORÁNEAS	355

2.1. Decadencia del paradigma clásico de la gestión organizacional centralizada	355
2.2. La gestión empresarial descentralizada	356
2.3. El ámbito organizacional en la actualidad	357
3. EL PRINCIPIO DE CONFIANZA	358
3.1. Concepto y alcance del principio	358
3.2. Límites al principio de confianza	359
4. EL PRINCIPIO DE DELEGACIÓN	360
4.1. Concepto de delegación	360
4.2. Objeto de la delegación	361
4.3. Límites a la descarga de deberes del delegante	363
4.4. Efectos de la delegación.....	363
5. BREVES REFLEXIONES FINALES SOBRE LA COMPETENCIA RESIDUAL Y CRITERIOS DE IMPUTACIÓN SOBRE EL DELEGANTE POR ACTOS DEL DELEGADO	364
5.1. Ámbito de la imputación subjetiva	364
5.2. Ámbito del delito imprudente	368
2. A MACROCRIMINALIDADE NA ERA GLOBAL: TERRORISMO E FUNDAMENTALISMO.....	373
<i>Flávio Cardoso Pereira</i>	
1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FENÔMENO DO TERRORISMO	373
2. O COMPLEXO CONCEITO DE TERRORISMO	377
3. OS CICLOS DO TERRORISMO	379
4. O EMPREGO DO TERROR E DO MEDO COMO ESCOPO DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	381
5. FUNDAMENTALISMO COMO COLUNA VERTEBRAL DO TERRORISMO.....	383
6. O TRATAMENTO PENAL DO TERRORISMO NO BRASIL: A LEI 13.260 DE 2016	385
7. CONCLUSÕES	390

PARTE 6

CRIME ORGANIZADO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LEI 12.850/2013	395
<i>Rômulo de Andrade Moreira</i>	
1. INTRODUÇÃO	395
2. AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	397
3. A CONVENÇÃO DE PALERMO	397
4. A LEI 9.034/90 – A ANTIGA LEI DO CRIME ORGANIZADO	398
5. A LEI 12.694/2012	399
6. A NOVA LEI 12.850/2013	403
7. O VALOR PROBATÓRIO DOS NOVOS MEIOS DE PROVA	405
8. A COLABORAÇÃO PREMIADA	406
9. A CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS	417
10. DA AÇÃO CONTROLADA	417
11. DO ACESSO A REGISTROS DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELE- MÁTICAS, A DADOS CADASTRAIS CONSTANTES DE BANCOS DE DADOS PÚBLICOS OU PRIVADOS E A INFORMAÇÕES ELEI- TORAIS OU COMERCIAIS	419
12. INFILTRAÇÃO, POR POLICIAIS, EM ATIVIDADE DE INVESTI- GAÇÃO	419
13. OUTROS ATOS INVESTIGATÓRIOS/MEIOS DE PROVA	421
14. A INDISPENSÁVEL AUTORIZAÇÃO JUDICIAL E A PREVENÇÃO	422
15. O SIGILO NAS INVESTIGAÇÕES	423
16. OS NOVOS TIPOS PENAIIS	424
17. AS INFRAÇÕES PENAIIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	426
2. A MÁFIA DO APITO EM FACE DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	433
<i>Roberto Victor Pereira Ribeiro, Renato Espíndola Freire Maia</i>	
1. INTRODUÇÃO	433

2.	A MÁFIA DO APITO: UMA ANÁLISE JURÍDICA (O VERDADEIRO 7X1):.....	434
2.1.	O que foi a “máfia do apito”?	434
2.2.	Investigação e processo criminal.....	437
3.	LEI 1.521/51: AS FRAUDES CONTRA A ECONOMIA POPULAR ...	444
	Análise do diploma normativo (Lei 1.521/51):	444
4.	CONCLUSÃO	452
3.	L'ORGANISATION DE LA LUTTE CONTRE LA CORRUPTION DANS LES PAYS DÉVELOPPÉS ET AU BRÉSIL.....	455
	<i>Pierre Bricard</i>	
1.	PHÉNOMÈNE ASSEZ ANCIEN ET ÉVOLUTIF, LA CORRUPTION EST DEVENUE UNE PRÉOCCUPATION MAJEURE DANS NOS SOCIÉTÉS CONTEMPORAINES	457
2.	LA CORRUPTION A POUR EFFET DE RUINER L'ÉCONOMIE D'UN PAYS, AGGRAVE LES INÉGALITÉS ET CONTRIBUE À DÉCONSIDÉRER LA DÉMOCRATIE.	465
3.	LES SYSTÈMES DE DÉNONCIATION, CLEF DE VOUTE DE LA DÉTECTION DE LA CORRUPTION	475
3.1.	La dénonciation au sein même d'une organisation criminelle permet de démonter efficacement des réseaux criminels assez sophistiqués.....	475
3.2.	Dans les pays modernes, les moyens de lutte contre la corruption sont centralisés au niveau d'organismes spécialisés	485
4.	CONCLUSION	505
4.	O CRIME DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE ILEGAL DE LICITAÇÃO (ARTIGO 89, LEI FEDERAL 8.666/93) E SUA RELAÇÃO COM O CRIME ORGANIZADO.....	509
	<i>Edson Luz Knippel</i>	
1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	509
1.1.	Conceito de licitação.....	509
1.2.	Disciplina Jurídica da Licitação.....	510
1.3.	Princípios do procedimento licitatório	511

1.4. Modalidades de Licitação.....	512
2. TUTELA PENAL.....	513
3. CRIME DE DISPENSA OU DE INEXIGIBILIDADE ILEGAL DE LICITAÇÃO	514
4. ASPECTOS PROCESSUAIS	518
4.1. Denúncia Genérica	519
4.2. Procedimento.....	521
5. CRIME DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE ILEGAL DE LICITAÇÃO E O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL.....	523
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	526
5. INFILTRAÇÃO DE AGENTES E A LEI 12.850/2013: LIMITES E DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PRÁTICA DE INFILTRAÇÃO POLICIAL NO BRASIL	529
<i>Yuri Felix, Rodrigo Oliveira de Camargo</i>	
1. INTRODUÇÃO	529
2. A CRIMINALIDADE ORGANIZADA E NOVAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	531
3. AGENTE INFILTRADO, AGENTE ENCOBERTO E AGENTE PROVOCADOR.....	533
4. A FIGURA DO AGENTE INFILTRADO NA LEI 12.850/2013.....	535
5. CONCLUSÕES	545
6. APONTAMENTOS A RESPEITO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL NO CONTEXTO DA FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA.....	547
<i>João Santa Terra Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO	547
2. DEFINIÇÃO DE FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA	548
3. FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	551
4. BEM JURÍDICO TUTELADO E AUTONOMIA DO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DEDICADA À FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA.....	554

5. PERSECUÇÃO CRIMINAL DA FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA E SÚMULA VINCULANTE Nº 24, DO SUPREMO TRIBUNAL FE- DERAL	561
6. APONTAMENTOS FINAIS	567